



Ocupação Tereza de Benguela: um território de luta e resistência

Occupation Tereza de Benguela: a territory of struggle and resistance

Isabele Tenório Santos⁽¹⁾; Luana Tavares de Sousa⁽²⁾;
Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha⁽³⁾; Luiz Guilherme de Souza Leão⁽⁴⁾;
Victor Oliveira Santos⁽⁵⁾; Yasmin Jandrielle Neves Carvalho⁽⁶⁾;
Cirlene Jeane Santos e Santos⁽⁷⁾

Página | 1043

⁽¹⁾ORCID n° <https://orcid.org/0000-0002-0315-0878>, Estudante de graduação Geografia Bacharelado; Universidade Federal de Alagoas; Maceió, Alagoas; Brasil. belatenorio1999@gmail.com;

⁽²⁾ORCID n° <https://orcid.org/0000-0002-2296-7277>, Estudante de graduação Geografia Licenciatura; Universidade Federal de Alagoas; Maceió, Alagoas; Brasil. luanalt1998@gmail.com;

⁽³⁾ORCID n° <https://orcid.org/0000-0001-6890-5111>, Estudante de graduação Geografia Licenciatura; Universidade Federal de Alagoas; Maceió, Alagoas; Brasil. lucasgrocha16@gmail.com;

⁽⁴⁾ORCID n° <https://orcid.org/0000-0002-0990-1177>, Estudante de graduação Geografia Bacharelado; Universidade Federal de Alagoas; Maceió, Alagoas; Brasil. guilhermeleao1989@gmail.com;

⁽⁵⁾ORCID n° <https://orcid.org/0000-0003-3196-0760>, Estudante de graduação Geografia Bacharelado; Universidade Federal de Alagoas; Maceió, Alagoas; Brasil. victor_oliveirasantos@hotmail.com;

⁽⁶⁾ORCID n° <https://orcid.org/0000-0002-5840-5057>, Estudante de graduação Geografia Licenciatura; Universidade Federal de Alagoas; Maceió, Alagoas; Brasil. yasminjandrielleneves@gmail.com;

⁽⁷⁾ORCID n° <http://orcid.org/0000-0001-5713-0621>, Docente-pesquisadora; Coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO); Universidade Federal de Alagoas; Maceió, Alagoas; Brasil. cirlene@igdema.ufal.br ;

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 17 de dezembro de 2020; Aceito em: 23 de dezembro de 2020; publicado em 31 de 01 de 2021. Copyright© Autor, 2021.

RESUMO: Os movimentos sociais contemporâneos atuam como modificadores das relações socioespaciais, assumindo muitas vezes o protagonismo que deveria ser do Estado, atuando junto às populações menos favorecidas, indicando outros caminhos, para além, da marginalização e exclusão social. Este artigo apresenta reflexões sobre uma ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), mais precisamente o acampamento Tereza de Benguela, situado no Conjunto Village Campestre II, localizado no bairro Cidade Universitária, na cidade de Maceió, Alagoas. Neste é analisada a forma como os/as acampados/as se relacionam com o espaço, discutindo a importância do Movimento na luta por moradia e pela dignidade dos seus membros. O objetivo aqui é discutir a legitimidade da existência do acampamento Tereza de Benguela, compreender a formação territorial da ocupação, as estratégias usadas pelos acampados/as para se organizarem, as dificuldades que o Movimento enfrenta e a importância do trabalho feminino dentro do MTST. Com abordagem qualitativa, o artigo teve como percurso metodológico a realização de pesquisa bibliográfica; visitas técnicas com o intuito de vivenciar o dia-a-dia dos/as acampados/as que moravam e/ou frequentavam a ocupação; e realização de entrevistas semiestruturadas. A partir das informações coletadas pode-se fazer a sistematização das mesmas e as reflexões pertinentes. A ocupação Tereza de Benguela, é um dos acampamentos do MTST existentes no estado de Alagoas, as ações do Movimento marcam intensamente o espaço geográfico, levando a construção de um território específico e único, cuja permanência dependerá da correlação de forças envolvidas no processo.

PALAVRAS-CHAVE: MTST; Luta pela Moradia; Organização Social.

ABSTRACT: Contemporary social movements act as modifiers of socio-spatial relations, often assuming the role that should be the State's, acting with the less favored populations, indicating other paths, in addition to marginalization and social exclusion. This article presents reflections on an occupation organized by the Movement of Homeless Workers (MTST), more precisely the Tereza de Benguela camp, located in the Village Campestre II Complex, located in the Cidade Universitária neighborhood, in the city of Maceió, Alagoas. In this one, the way the campers relate to the space is analyzed, discussing the importance of the movement in the struggle for housing and for the dignity of its members. The objective here is to discuss the legitimacy of the existence of the Tereza de Benguela camp, to understand the territorial formation of the occupation, the strategies used by the campers to organize themselves, the difficulties that the movement faces and the importance of women's work within the MTST. With a qualitative approach, the article had as methodological route the accomplishment of bibliographic research; technical visits in order to experience the day-to-day life of those who lived and / or frequented the occupation; and conducting semi-structured interviews. From the collected information, it can be systematized and the relevant reflections. The occupation Tereza de Benguela, is one of the MTST camps existing in the state of Alagoas, the movement's actions intensely mark the geographical space, leading to the construction of a specific and unique territory, whose permanence will depend on the correlation of forces involved in the process.

KEYWORDS: MTST; Fight for Housing; Social organization.

INTRODUÇÃO

As desigualdades socioespaciais no território brasileiro têm como característica marcante, desde o começo da ocupação, a distribuição desigual da terra. Durante este processo foram surgindo leis que pouco, ou nada, contribuíram para mudar a situação que vem se intensificando nas últimas décadas. Na cidade com o aumento da população, com o crescimento das cidades e a conseqüente ampliação da sua ocupação territorial; no campo com a expansão do agronegócio, ineficiência das políticas públicas de reforma agrária e reconhecimento dos territórios das populações tradicionais; aumentando os conflitos de forma geral. Estes fatores tem complexificado as lutas: no campo por terra, nas cidades por moradias.

É com esse entendimento que se pode perceber, através da aproximação com a realidade, a luta do povo brasileiro por terra e moradia. Essas lutas se entrelaçam e se completam no sentido de ambas buscarem uma vida mais digna para as populações empobrecidas, sendo a primeira comumente rural e a segunda, no urbano. Não é apenas pelo seu fim que essas lutas se relacionam, mas também pela sua origem, que se deu pela concentração fundiária, a qual obrigou os trabalhadores do campo a se migrarem para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida.

É importante frisar que a concentração fundiária, a infraestrutura urbana precária ou inexistente e a falta de acesso ou a qualidade precária dos serviços públicos nas áreas de moradia das camadas mais pobres, da cidade e do campo, estão numa mesma lógica que, por intermédio do desenvolvimento das forças produtivas de modernização do campo, impulsionaram a urbanização, contribuindo para a ampliação da segregação socioespacial nas cidades.

Diferente do que se pensa comumente, o sem teto não é apenas a pessoa em situação de rua, que vive no limite da miséria e que tem todas as suas características de cidadão retiradas completamente de seu controle. A condição de sem teto aqui, é acrescida das proposições de Boulos (2012), na qual afirma que essa classificação engloba todos os que vivem de favor, em barracos totalmente precários ou que pagam aluguel e que, pela baixa renda, inviabiliza a própria sobrevivência

No Brasil, os movimentos de luta por terra e moradia vêm sendo realizados de uma maneira concreta, nas últimas 4 décadas, pelos Movimento dos Sem Terra (MST), fundado em 1984 e pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Teto (MTST),

fundado em 1997. Analisando a atuação desses dois movimentos, Campos e Silva (2016) afirmam que a luta pela reforma territorial do Brasil tem duas vertentes: reforma agrária e reforma urbana. Reformas que estão diretamente ligadas a democratização do acesso à terra e a moradia e as infraestruturas e serviços em geral do campo e da cidade.

No presente artigo, o foco de análise é o MTST, mais precisamente no acampamento Tereza de Benguela, situado no conjunto Village Campestre II, localizado no bairro Cidade Universitária, na cidade de Maceió, no estado de Alagoas.

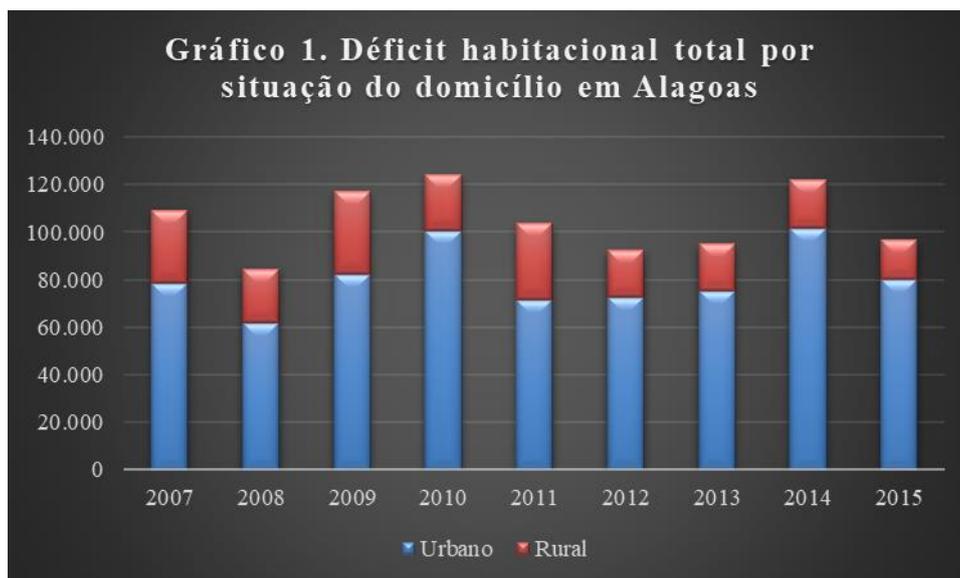
O objetivo aqui é discutir a legitimidade da existência do acampamento Tereza de Benguela, compreender a formação territorial da ocupação, as estratégias usadas pelos acampados/as para se organizarem, as dificuldades que o Movimento enfrenta e a importância do trabalho feminino dentro do MTST.

Este artigo foi resultado de pesquisas bibliográficas, visitas técnicas exploratórias e entrevistas semiestruturadas com os participantes do acampamento Tereza de Benguela. A partir deste conjunto de informações e vivências pode-se fazer uma sistematização consistente e reflexões que culminaram com a elaboração desse artigo.

MTST EM MACEIÓ: OCUPAÇÕES E ENFRENTAMENTOS

Atualmente, o MTST em Maceió tem duas ocupações: a Tereza de Benguela, em análise neste artigo, localizada no Conjunto Village Campestre II, no bairro Cidade Universitária; e a ocupação Danrada localizada no Conjunto João Sampaio II, no Bairro de Benedito Bentes. Ambas estão situadas em terras públicas e em bairros periféricos da capital alagoana. A ocupação Tereza de Benguela tem cerca de 12 meses, já a ocupação Danrada tem em torno de 3 anos e agrega uma situação peculiar.

O Movimento encontra com facilidade as famílias para a militância em um estado que tem um expressivo déficit habitacional, como pode ser visto no gráfico 1 – a situação total do domicílio é relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados –, os números são consideráveis e oscilaram particularmente, a partir de 2009, com a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida, vinculado ao Governo Federal. Neste havia recursos específicos para a construção de moradias populares através das prefeituras.



Fonte: Fundação João Pinheiro, disponível em <http://novosite.fjp.mg.gov.br/fjp-dados/>.

Acesso em 30/10/2020.

Temos ainda que considerar fatores como desemprego, de forma geral, e especificamente os decorrentes dos fechamentos das Usinas vinculadas ao setor sucroalcooleiro, os dados indicam que de 37 usinas de outrora, apenas 14 esteve em funcionamento na safra de cana-de-açúcar 2019/20, destas, algumas se encontram em processo de recuperação judicial. Dessa forma, o refluxo do principal setor da economia alagoana, acaba funcionando como fator de expulsão das famílias dos seus municípios de origem rumo a Maceió em busca de melhores condições de vida, as quais não encontram.

Em 2016 o MTST ocupou no Bairro Tabuleiro dos Martins, em Maceió, uma propriedade que não estava em uso e continua nessa condição, pertencente a uma instituição de ensino privada localizada na capital. Dias depois sofreram despejo promovido pelas forças policiais. Após serem desalojados, como não foi elaborado nenhum plano para deslocamento das famílias, as mesmas foram realocadas na Praça Sinimbu. Ou seja, o Estado, fez a reintegração de posse e deixou as famílias em uma praça decadente da cidade.

Como o local não tinha visibilidade para denúncia da situação, as famílias de deslocaram para a Praça dos Martírios, onde se localiza antigo Palácio do Governo de Alagoas. Como resultado do acampamento e das pressões do Movimento, em 2017 o Governo do Estado deslocou as famílias para um terreno no Conjunto João Sampaio II, próximo ao cemitério do bairro Benedito Bentes I, com a promessa de construção 600

das moradias, contudo até novembro de 2020, a situação das famílias continuava a mesma.

Dessa forma, buscando solução para a morosidade estatal, os integrantes do MTST ocuparam novamente a Praça dos Martírios em novembro de 2020, visando pressionar o Governo do Estado para efetivação da construção das prometidas casas (figuras 1 e 2).

Figura 1: Ocupação da praça dos Martírio pelo MTST, outubro de 2020



Fonte: <https://www.facebook.com/iteralalagoas>, acesso em 01/11/2020.

Figura 2: Ocupação da praça dos Martírio pelo MTST, outubro de 2020



Fonte: <https://www.facebook.com/iteralalagoas>, acesso em 01/11/2020.

Após 30 dias de ocupação da praça, as negociações tiveram como resultado, dentre outras promessas, o anúncio mais uma vez, da construção das 600 casas para

abrigar as famílias acampadas no Benedito Bentes, cujo Residencial, que irá se chamar Dandara (Figuras 3 e 4).

Figura 4: Assembleia de negociação entre os acampados e o representante do Governo do Estado, o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL).



Fonte: <https://www.facebook.com/iteralalagoas>, acesso em 01/11/2020.

Figura 4: Concentração dos acampados na Assembleia de negociação



Fonte: <https://www.facebook.com/iteralalagoas>, acesso em 01/11/2020.

O MTST, desenvolve ainda um trabalho social que teve relevância durante o período da pandemia, iniciado em março de 2020, com as cozinhas comunitárias dos acampamentos produzindo refeições e distribuindo para as famílias carentes do

acampamento e dos bairros do entorno. Também realizaram a coleta de alimentos para distribuição de cestas básicas (figura 5).

Figura 5: Divulgação das ações sociais do MTST em Maceió através do Twitter



Fonte: Twitter, acesso em 31/10/2020.

Como podemos observar, as ações do Movimento vão além das ocupações, realizando um trabalho social de resgate da cidadania e dando novas perspectivas para as pessoas que estão em profunda precarização da vida. As ações do MSTs em Alagoas podem ser acompanhadas pelas redes sociais.

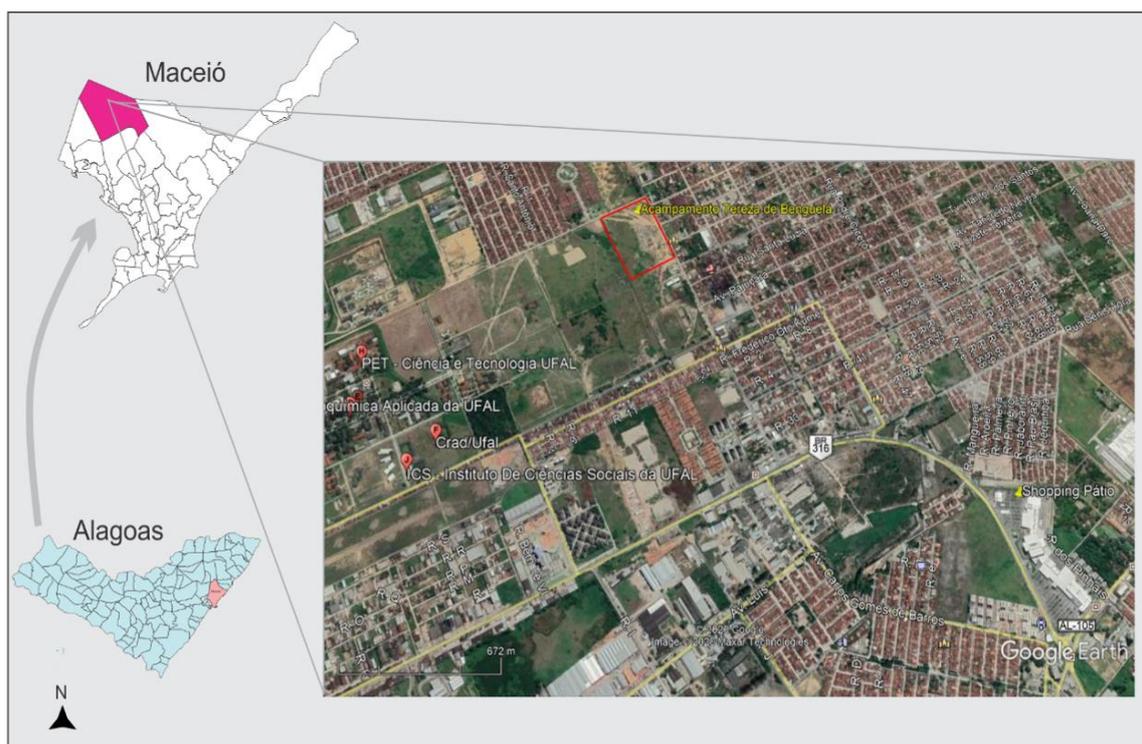
O ACAMPAMENTO TEREZA DE BENGUELA - MTST

A ocupação Tereza de Benguela localiza-se na Av. Alice Carolina, no Conjunto Village Campestre II, bairro Cidade Universitária, em Maceió, Alagoas. O acampamento está próximo ao Shopping Pátio Maceió, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a vários conjuntos habitacionais que compõem o bairro (figura 6).

O acampamento tem este nome em homenagem a Tereza de Benguela, também é conhecida como “Rainha Tereza”, ela liderou o Quilombo de Quariterê, localizado no estado do Mato Grosso. Deste permaneceu à frente deste de 1730 a 1795, do século XVIII. A história registra que ela organizou e comandou a luta e a resistência em uma comunidade quilombola composta por aproximadamente 3000 pessoas. Tereza de Benguela foi morta em uma ação do Estado visando o desmantelamento do Quilombo

em 1770. Como reconhecimento da sua luta inequívoca em defesa dos quilombolas, o 25 de Julho foi instituído como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra - Lei 12.987 de 2 de junho de 2014. Nesse dia também é comemorado o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha.

Figura 6: Localização do acampamento Tereza de Benguela, Conjunto Village Campestre, Maceió – AL



Fonte: *Google Earth*, 2020; IBGE, 2020. Elaborado pelos autores.

A ocupação Tereza de Benguela é recente, tendo aproximadamente 12 meses, sendo composta por uma média de 300 pessoas, que estão aos poucos se organizando e estabelecendo-se no território ocupado. A área anteriormente era utilizada pelos moradores da circunvizinhança como local de descarte irregular de lixo.

Os ocupantes são pessoas de baixa renda, que recebem menos de um salário mínimo, e trabalham com a reciclagem, não dispondo de condições para pagarem aluguel. A condição de vida precária e a procura por uma moradia digna, levou as famílias a integrarem o MTST.

No acampamento encontravam-se várias crianças, segundo a coordenadora estadual do Movimento, Dandara¹, todas estão matriculadas em escolas próximas. Na ocupação também são vistos vários animais, sejam das famílias ou abandonados no local, todos são cuidados pelos moradores (figura 7).

Figura 7: Animais acolhidos na ocupação



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DA OCUPAÇÃO TEREZA DE BENGUELA

Segundo Gottmann (2012), “o território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo”. Esse conceito, está vinculado ao território nacional, ao patrimônio, à dominação, ao governo. Porém, existem outras compreensões sobre o território, para além desta, conforme indica Saquet (apud CANDIOTTO, 2004, p. 81).

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não

¹Dandara foi o nome fictício, escolhido pela Coordenadora Estadual do MTST, para ser identificada nesse artigo.

apenas naquela convencionalmente conhecida [...] sob gestão do Estado – Nação.

As ocupações de terras e imóveis pelos movimentos sociais são as principais formas de expressão da resistência, da luta e de (re)inserir-se na sociedade. Novos territórios e novas relações sociais são modeladas no espaço geográfico a partir dessas ocupações conforme Saquet e Antonello (2010, p. 407).

[...] entendemos que o território é construído histórica e socialmente, por forças econômicas, políticas e culturais. Há um processo de apropriação do espaço, controle e dominação que gera certa formação territorial. A apropriação e a dominação são efetivadas por agentes sociais, os mais diversos, como o Estado, cooperativas empresarialmente desenvolvidas, estabelecimentos comerciais, usineiros, instituições não-governamentais, sindicatos, igrejas etc. São agentes econômicos, políticos e culturais que traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando as pessoas em suas ações e reações cotidianas [...] gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades realizadas

Assim, o território é uma fração do espaço que pode ser apropriado por diversos grupos sociais, construído e desconstruído, podendo se constituir em uma rua, cidade, país, entre outros, sendo edificado através de relações de poder, que organiza e ergue um novo território, no qual irá propiciar o acontecer de novas relações sociais entre os indivíduos envolvidos. Como indica Souza (1995, p. 81).

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias, territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Santos, et al (2000), evidencia duas formas de apropriação do território, o território usado, apropriado pelas grandes corporações e os atores hegemônicos; e o território enquanto abrigo, apropriado pelos atores hegemonzados, a ocupação sintetiza um abrigo, um refúgio no qual as famílias buscar recomeçar as suas vidas, ou tentam novas perspectivas de (re)existir a exclusão socioespacial, ainda segundo Santos (2000, p.12)

Para os atores hegemônicos o 'território usado' é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação do seu uso, com adição de uma

materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. [...] Os atores hegemônicos têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.

Partindo desses pressupostos teóricos, consideramos que os movimentos sociais urbanos, que lutam por terras visando a construção de moradias, uma vez que é um direito, conforme o Artigo 6º da Constituição Federal². Com esse entendimento, o MTST ao apropriar-se de terrenos públicos ou privados sem uso, isto é, desocupados, transformando-os em seu território, dando-os novos usos. Esse modo de apropriação feita pelo MTST configura-se como ocupações, que materializam uma das formas de lutar por direitos.

A apropriação de áreas desocupadas, dá-se através de uma série de pesquisas feitas pelos ativistas do MTST, no qual os principais fatos que procura-se saber antes de ocupar uma área, são: se o terreno é uma propriedade pública ou privada, se está em uso e para que está sendo destinado. Após análises e estudos sobre o local, dar-se os preparativos para a ocupação, assim relata a coordenadora estadual do MTST, Dandara. Tais ações, estão garantidos por lei, uma vez que o Artigo 184º da Constituição Federal de 1889, assegura que “compete à União a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”, apesar de referir-se a imóveis rurais, o artigo constitucional pode ser aplicado às áreas urbanas em situações análogas. As ocupações são um indicativo que o imóvel não está exercendo a sua função social.

A ocupação em análise, deu-se conforme os passos citados acima, e segundo Dandara, antes da instalação da ocupação Tereza de Benguela, houve um diálogo com a Prefeitura de Maceió informando sobre a atuação do Movimento no Conjunto Village Campestre II, a fim de evitar futuros conflitos com o governo ou com a população local.

A partir da ocupação, o MTST começa suas ações de luta social e jurídica, com o objetivo dos acampados obterem a propriedade do terreno, para então construírem suas moradias, gerando uma ressignificação do espaço ocupado, assim como afirma Santos (2012) “a ressignificação de espaços, por sua vez, corresponde ao processo por meio do

² São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Grifo nosso)

qual os sem-teto atribuem novos significados, novos valores e novos usos a certos espaços da cidade”.

Neste novo território, terá a presença de várias relações sociais, com uma dinâmica organizacional única, na qual cada membro será uma peça fundamental para que as coisas aconteçam. Na ocupação Tereza Benguela, observa-se uma organização, que consolida o trabalho coletivo do grupo, como cozinha comunitária, brinquedoteca, local de reuniões, e outros, geografando assim um novo significado para o local, que antes eram um lixão a céu aberto, hoje é uma comunidade organizada que luta por seus direitos.

Antes de conquistarem o território permanente, eles constroem o acampamento, com pequenos barracos, edificados com lonas, *pallets*, restos de madeiras e materiais plásticos, marcando assim o seu território e a simbolização da luta dos mesmos pelo acesso à moradia digna, construindo um novo espaço urbano, com relações sociais e posições políticas que os diferenciam e representam a todos os que estão marginalizados e esquecidos pelo Estado. O território da lona preta pode ser considerado de acordo com Bonnemaison (2002, p. 111). “[...] como espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores (figura 8).

Figura 8. Bandeira fincada e os barracos de lona, símbolos da territorialização e da luta



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A ocupação Tereza de Benguela tem um papel social muito presente, tanto para os seus membros, como na luta por direitos, que o Estado não se atenta a dispor para a população menos favorecida; tanto como modificador da paisagem, uma vez que anteriormente, o terreno estava ocupado com lixo, e hoje está ocupado com barracos de lonas, um símbolo de resistência de parcela de uma população esquecida.

Com a retirada do lixão pelo Movimento houve o início da valorização imobiliária na área, uma vez que a paisagem foi redesenhada sem a presença do lixo e as mazelas a este agregada. O fato da área ser anteriormente um terreno baldio, os vizinhos queixavam-se muito da insegurança no local, sendo evitado ao máximo durante a noite. Atualmente, esses mesmos vizinhos sentem-se mais seguros com a presença da ocupação e alegam ter diminuído os índices de assaltos na região.

O Movimento não apenas modifica o espaço ao estabelecer o seu território, mas principalmente acolhe pessoas que não são necessariamente sem teto ou desempregados como Boulos (2019), líder nacional do Movimento, explicou:

A atuação do MTST não é compreendida. Quem são essas pessoas que ficam embaixo de lona em ocupações? Muito fácil dizer que são vagabundos, massa de manobra ou qualquer coisa desse gênero. São pessoas que trabalham, a enorme maioria delas. Não sou eu que está dizendo, tem pesquisas do DIEESE, da ocupação do MTST em São Bernardo, com mais de cinco mil pessoas. A população economicamente ativa, moradora da ocupação, era maior proporcionalmente do que a média da população economicamente ativa da cidade.

A coordenadora estadual, Dandara, esclarece que eles, coordenadores do Movimento, fazem o papel que seria da Secretaria de Assistência Social a respeito da luta pelo direito social que é a moradia, atuando também em vários aspectos, como incentivando a escolarização de crianças e adultos, e alimentando aqueles que passam fome. Essa afirmação pode ser complementada pela fala de Boulos (2019) “(...) o Movimento faz a ocupação para poder pressionar o Estado a fazer o que o Estado deveria fazer, que é política de habitação para essas famílias”.

Sendo assim, fica perceptível que as pessoas que compõem o Movimento lutam por moradia própria nos centros urbanos a fim de se livrar de habitações informais, precárias ou de aluguéis abusivos.

Para melhor analisarmos o acampamento Tereza de Benguela, dividimos em 3 tópicos: estrutura geral (saneamento básico e acesso à energia); conflitos com a sociedade; dinâmica interna do Movimento e a necessidade de resistir.

ESTRUTURA GERAL

Na estrutura geral estão incluídos o saneamento básico e o acesso à energia. Aqui estamos entendendo o saneamento básico como um componente fundamental para a qualidade de vida das/nas comunidades, sendo constituído por acesso a água potável, coleta e tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos (lixo), e drenagem urbana, que é o controle do escoamento das águas pluviais (das chuvas), a ausência dessa, está associada a ocorrência de enchentes, particularmente nas áreas urbanas.

O saneamento básico era assegurado pela Lei Federal, nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, esta foi totalmente modificada ao longo dos anos por diversas outras leis. Atualmente está em vigor a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020³, que estabeleceu o novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, atribuindo à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento. Toda a estrutura anterior foi desmontada, sendo dada a iniciativa privada, através de privatizações, a responsabilidade por esse importante serviço. Cujas tendências, vide as privatizações dos serviços como as telecomunicações e sistema de energia elétrica, é o aumento dos custos dos serviços e a precarização da qualidade dos mesmos.

Aplica-se no contexto do acampamento do MTST um conceito do IBGE, de “aglomerado subnormal”, que são apropriações de terrenos irregulares, sejam eles públicos ou privados. Irregulares porque não estão dentro de um padrão urbanístico, existe uma carência de serviços públicos essenciais e/ou é localizado em áreas com restrição ao uso do espaço.

³ Essa Lei, modifica toda a estrutura voltada para o Saneamento Básico no país, em seu Artigo 1 indica: “atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrôpole), para estender seu âmbito de aplicação a unidades regionais, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados”. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#art7>, acesso em 01/11/2020

ACESSO A ÁGUA POTÁVEL NO ACAMPAMENTO

A comunidade enfrenta problemas na captação dos recursos hídricos. Sem nenhuma obra hídrica do estado feita no local, as únicas fontes de água para uso doméstico estão em dois estabelecimentos privados – dois “lava a jatos”, um que fica 300 m do acampamento e outro que se encontra a uma faixa de 2 a 3 km de distância – os mesmos fazem concessões de tonéis de água sem custo fixo. O transporte é feito manualmente, com baldes e carros de mão, pelos “trilheiros”, em geral, homens que fazem esse trabalho e a noite também cuidam do entorno do acampamento. A água é armazenada em caixas d’água para uso coletivo (figura 9).

Figura 9 – Tonéis e caixas usadas para o armazenamento de água.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

Verifica-se precariedade quanto aos banheiros, há apenas um banheiro para o uso de coletivo. Durante a visita ao acampamento, a coordenadora se mostrou bastante insatisfeita com a situação e adiantou que duas fossas sépticas já estão sendo escavadas para a construção de 4 banheiros, dois para o público feminino e dois para o masculino (figura 10).

Figura 10 - O banheiro do ao fundo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

ABASTECIMENTO DE ENERGIA

São ligações simples como em todo acampamento, ainda em processo de regularização. As previsões são que, com o trabalho de todos, os fios sejam instalados no chão para melhorar a segurança dos que passam ali. Já havia indícios de que os trabalhos se iniciaram, pois, alguns trechos já estavam cavados em linhas retas de 2-3 metros de comprimento cada.

CONFLITOS COM A SOCIEDADE

O MTST é um movimento historicamente “demonizado”, rotulado como composto por invasores de propriedades, entre outras adjetivações, por parte significativa da sociedade, que muitas vezes, desconhecem as propostas do Movimento, reproduzindo o que a mídia hegemônica infere sobre o mesmo. Seus líderes são sistematicamente perseguidos, presos, em casos de violência extrema são ameaçados de morte, e até mesmo assassinados. Esses conflitos têm sido acentuados em governos que estimulam a difamação, a perseguição e a criminalização dos movimentos sociais.

Apesar dos históricos de ataques ao MTST, a Coordenação do acampamento Tereza de Benguela afirma não enfrentar nenhum problema nesse sentido, também

relatam não haver problemas com intervenções policiais, e quando ocorre, a busca é pela mediação a partir do diálogo com as autoridades.

Porém, afirmam sofrem algumas represálias da população do entorno ao acampamento, embora os moradores do bairro aceitem a ocupação por se tratar de uma área muito pouco movimentada anteriormente, favorecendo a assaltos constantes, o acampamento deu dinamismo ao local, afastando os meliantes.

Um dos pontos de conflito com os moradores está centrado na luta diária contra o constante despejo de lixo na área da ocupação, que como dito anteriormente era um lixão clandestino. O Movimento tem organizado mutirões para o recolhimento dos lixos despejados no decorrer da ocupação, aproveitando parte dos resíduos sólidos para reciclagem. Durante uma das visitas, flagrou-se um caminhão despejando lixo na área da ocupação, o que causou revolta entre os acampados (figura 11).

Figura 11: caminhão despejando lixo aos redores da ocupação



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

O Movimento luta também contra a retirada de sedimentos da área ocupada, efetuada por comerciantes locais, que por muitas vezes extraem estes na área próxima ao acampamento com a utilização de um trator, prejudicando o nivelamento do terreno, os conflitos diretos são estabelecidos com o motorista do trator, a fim de que essa atividade extrativa seja encerrada.

Em suma, a ocupação não está envolvida em conflitos violentos, mas há uma disputa pelo território visando manter seus usos anteriores, seja como lixão clandestino, seja como local de extração de sedimentos.

DINÂMICA INTERNA DO MOVIMENTO E A NECESSIDADE DE RESISTIR

Como pagar o aluguel ganhando menos de um salário mínimo por mês? Ou pior, ganhando algum “trocado” quando aparece oportunidade de fazer um “bico”? Essas questões não têm respostas, e é por isso que os trabalhadores constroem a sua própria, ocupando terrenos e prédios deixados vazios pela especulação imobiliária (BOULOS, 2012).

Partindo desse pressuposto entende-se a importância do Movimento para as pessoas que o constroem. A organização não é verticalizada. A horizontalidade garante que as pessoas que dele participam estejam ali por livre vontade e igual acordo.

Os relatos sobre a rotina de resistência no local perpassam vários enfrentamentos, a exemplo, com comerciantes que usam um trator no local para retirada de sedimentos e foi barrado pelos ocupantes, sendo proibido de fazer esse tipo de ação no terreno. A coordenadora Dandara, afirma que falou para o motorista: “você usava aqui antes, quando era terreno baldio, agora tem gente morando”.

Também tem-se narrativas de situações tristes, como o relato de um acampado que, ao receber um prato de comida para a sua refeição, contou chorando que há dois anos não sabia o que era uma refeição limpa, pois só comia os restos dos lixos de restaurantes.

Houve relatos de pessoas que firmaram ali seu local de moradia, mesmo em barracos improvisados, pois não queriam voltar para a sua antiga residência, que “era de favor”, para não encontrarem seus parceiros de convívio, e assim, retornarem a rotina de abusos e violências diversas. São essas algumas das condições que possibilitam a atuação do Movimento, dando um norte às pessoas que estão com as vidas em condições precarizadas. Observamos que não é só por moradia que se constrói essa luta, mas por todo um contexto em busca do resgate da dignidade negada a partir de uma condição de existência pautada na relação capital – trabalho, na qual prevalece a exploração do

trabalho e o livre acúmulo de bens de utilidade social por poucos, em detrimento da maioria da população.

No que tange a organização interna, esta é bem simples. Divide-se em núcleos, de acordo com as habilidades pessoais e necessidades coletivas, para as atividades diárias e as recorrentes – atividades recorrentes são entendidas como aquelas que precisam ser realizadas com frequência, mas não todos os dias.

Os núcleos são dois: da cozinha – cuidam da alimentação do grupo; e trilheiros - cuidam da segurança do local, da água, do cuidado das crianças quando há assembleias ou outras atividades coletivas, da recepção de visitantes, entre outros. As decisões são tomadas coletivamente em assembleias que ocorrem duas vezes na semana. Essas assembleias têm seu espaço reservado na área central do acampamento, uma área plana e descampada com aproximadamente 30 m², sem construção e com o único ponto de iluminação fora dos locais de convívio comum e barracos familiares.

A organização é em forma circular para garantir a plena participação das famílias ali instaladas, nessas reuniões coletivas são deliberadas as tarefas, são transmitidas as informações importantes, elaboram-se palavras de ordem e as místicas, ocorre a apresentação de novos membros e tudo mais que seja relevante para o acampamento. Essas reuniões são convocadas pela Coordenação e dirigidas pelos integrantes com mais experiência no Movimento, que se reúnem pouco antes da assembleia para organizar a pauta e os apontamentos sugeridos por outros integrantes do grupo. A chamada para a reunião é feita por Dandara que passeia entre os barracos fazendo a mística de convocação das famílias (figura 12).

Figura 12: Assembleia de domingo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Como fonte de renda coletiva eles possuem um bazar de roupas que receberam em doação, um grupo faz a triagem das roupas em melhor estado para a venda e as danificadas ficam para doar a quem precisar fazer algum trabalho que leve ao desgaste das roupas (figura 13).

Figura 13: Bazar de roupas doadas que é usado como fonte de renda da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A coordenação destaca que é importante os acampados cumprirem as tarefas comuns e terem compromisso com o Movimento, que assim o espaço é garantido e respeitado.

PAPEL DA MULHER NA OCUPAÇÃO TEREZA DE BENGUELA

A mulher vem ganhando bastante força, se impondo e enfrentando todas as dificuldades que a sociedade confere a elas, trabalhando, cuidando dos filhos, e ainda combatendo todo o preconceito decorrente do patriarcado, do machismo e da misoginia.

As mulheres vêm tendo um protagonismo significativo nos movimentos sociais, tomando seus locais de direito e lutando por dignidade para todas as outras mulheres e para a sociedade em geral, um exemplo disso, é a coordenadora estadual do MTST, Dandara, que luta por moradia.

Dentro da ocupação existe uma concentração significativa de mulheres, que estão buscando os caminhos para uma vida digna para seus filhos, principalmente as que são separadas de seus companheiros, essas vivem efetivamente nos barracos, pois, não têm condições de pagar aluguel. Oliveira (p. 22, 2013), descreve uma das principais causas que levam a ocorrer estes casos:

Poderíamos citar primeiramente a questão da maternidade. Não é raro encontrarmos muitas mulheres, chefes de famílias, que vão com seus filhos lutar por uma moradia, unindo-se aos movimentos dos sem-teto. Em algumas entrevistas com as bases dos movimentos, muitas mulheres diziam estar naquela luta, nas situações precárias das ocupações, por causa de seus filhos, como tentativa de dar uma vida mais digna para eles. É comum encontrarmos a presença de inúmeras mulheres grávidas ou com bebês, que participam das ocupações, inclusive, algumas delas entram em trabalho de parto durante os momentos críticos das ações de reintegrações de posse.

Atualmente, a dificuldade de se estabelecer num emprego para conseguir uma renda fixa, manter uma casa alugada e o sustento da família fazem com que cada vez mais mulheres procurem a ocupação Tereza de Benguela para buscar melhores condições de vida e apoiar a luta do Movimento e conseguir uma casa própria para sua estabilidade familiar.

As crianças residentes no acampamento estavam matriculadas nas escolas próximas e as mães acompanham as mesmas todos os dias nos trajetos. Dandara, relata que há uma preocupação na formação não só dos pequenos, mas de todos, mesmo que não seja uma formação completa, é necessário estar bem informado para que não caiam em qualquer conversa mal-intencionada.

Dessa forma, como o predomínio é de mulheres na ocupação, elas realizam atividades que, tradicionalmente, seriam mais voltadas para os homens, por exemplo, a questão da vigilância noturna da ocupação, que é feito no esquema de trilhagem para que toda noite um grupo de pessoas fiquem vigiando o local, como já dito anteriormente. Dandara, informou que mesmo com a predominância não há distinção nos afazeres coletivos e que alguns homens também colaboram com serviços de coordenação, o trabalho coletivo é fortemente presente no Movimento.

Na divisão de tarefas não há diferenciação de gêneros, elas são definidas para a manutenção da limpeza local, cozinha coletiva, vigilância, brinquedoteca, bazar e entre outras; cada um escolhe qual tem mais afinidade com a tarefa que quer realizar. Há algumas pessoas que não moram na ocupação, porém, tem o seu barraco montado para

simbolizar sua participação na luta pelo Movimento; estas também ajudam nas atividades locais três vezes por semana, como disse a Dandara: “tem que estar presente para ser lembrado”.

As mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) são batalhadoras e persistentes em seus sonhos e objetivos, fazem o máximo pelo bem-estar do acampamento e do Movimento, para que cada vez mais tenham conquistas realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido teve por objetivo discutir a legitimidade da existência do acampamento Tereza de Benguela, compreender a formação territorial da ocupação, as estratégias usadas pelos acampados/as para se organizarem, as dificuldades que o Movimento enfrenta e o trabalho feminino dentro do MTST, no acampamento Tereza de Benguela.

Sabe-se que os movimentos têm uma estrutura organizacional e não ocupam qualquer propriedade, procura-se terrenos para que possam ocupar. Registra-se que a imagem que a mídia constrói sobre o MTST, não se confirma, o mesmo é constituído por pessoas que batalham pelo seu pão de cada dia e lutam para ter uma moradia digna no meio da exclusão social e da precarização da vida.

Há uma boa relação entre os moradores do Conjunto Village Campestre II e o acampamento, pois, depois da chegada deste houve uma diminuição de assaltos na região, já que a área era abandonada, muitos criminosos se aproximavam tirando o sossego dos moradores.

Tendo em vista a grande importância do trabalho coletivo, em que cada um ajuda da forma como pode, contribuindo para um melhor desenvolvimento da ocupação e do Movimento em si, destaca-se a colaboração das mulheres neste cenário, resistindo para que a sociedade patriarcal e machista não afete as suas aspirações.

As dificuldades são muitas, porém a força para lutar e resistir são maiores, os enfrentamentos são de toda ordem, destaca-se os estruturais com a ausência de saneamento básico, água potável, esgotamento sanitário e energia elétrica. As famílias seguem no cotidiano dos afazeres coletivos, alimentando os sonhos nos barracos de lona preta.

REFERÊNCIAS

1. BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny, **Geografia cultural: Um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
2. BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. 1º ed. Scocotecci. São Paulo, 2012.
3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.
4. CAMPOS, Jaqueline de Arruda, et al. A relação campo-cidade e a luta pelo território no Brasil: **Uma análise complementar dos movimentos sociais MST e MTST**. XVIII encontro nacional de geógrafos. São Luís. 2016.
5. GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012.
6. IBGE, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Organização do território: Tipologias do território**. Disponível em: www.ibge.gov.br/geociencias. Acessado: 9 de fevereiro de 2020.
7. OLIVEIRA, Nathalia C. As mulheres e os movimentos dos sem-teto no Brasil: análise das relações sociais de classes e sexo. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**. 2013.
8. OUTRAS PALAVRAS. **Origem do MTST uma história das mulheres na periferia**. Disponível em: outraspalavras.net/cidadesemtranse. Acessado: 07 de fevereiro de 2020.
9. REVISTA FÓRUM. **Movimentos em sequência de vídeos Boulos explicação atuação do MTST quem são essas pessoas**. Disponível em: revistaforum.com.br. Acessado: 05 de fevereiro de 2020.
10. SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. Em busca de territórios autônomos: **as práticas espaciais do movimento dos trabalhadores sem-teto na região metropolitana do Recife**. Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, 2012.
11. AQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Território e Territorialidades:**

- teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 73-94.
12. SAQUET, Marcos Aurélio; ANTONELLO, Joice A. A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil) In: **anais V SIMPGEO** (Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Curitiba, 2010, p. 405-420.
13. SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-68.
14. SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77 – 116.